

DINÂMICAS ACTUAIS DE AQUISIÇÃO DE TERRA PARA INVESTIMENTO EM MOÇAMBIQUE

TENDÊNCIAS, ESCALA, FACTORES, ACTORES E QUESTÕES PARA ANÁLISE

Carlos Muianga

INTRODUÇÃO

O crescente interesse global na terra (e recursos relacionados) para investimento tem marcado a primeira década e meia do século XXI¹. Dezenas de milhões de hectares são reportados como tendo sido transaccionados e/ou sujeitos a algum tipo de negociação em todo mundo, desde o início do século (GRAIN, 2008, 2010). A maioria destas transacções tem ocorrido em África, onde a terra é considerada um recurso abundante e subutilizado (Deininger *et al.*, 2011). A crise mundial de alimentos de 2007-2008 foi um dos factores críticos e tem sido o principal ponto de partida na análise das dinâmicas actuais de aquisição de terra² (Edelman *et al.*, 2013). A incerteza relativamente à futura disponibilidade de alimentos no mundo, gerada pela crise alimentar, levou governos, empresas e investidores, sobretudo de países desenvolvidos e dependentes de importação de alimentos, a adquirir largas extensões de terra em países subdesenvolvidos para produção agrícola para exportação. Estas dinâmicas de aquisição de terra têm-se reflectido em complexas transformações socioeconómicas, sobretudo na agricultura (Cotula, 2012), incluindo nas dinâmicas de mudança no uso, relações de propriedade e controlo efectivo da terra (Borras *et al.*, 2011; Borras & Franco, 2012).

Com algumas características específicas, reflectindo questões sobre economia política do crescimento e acumulação, Moçambique não constitui uma excepção a estas dinâmicas globais de aquisição de terra. Além de ser um grande receptor de fluxos externos de capitais (públicos e privados) nas últimas duas décadas e meia (Castel-Branco, 2010, 2015; Massarongo & Muianga, 2011; Massingue & Muianga, 2013), Moçambique tem sido alvo principal de investimento estrangeiro ligado a terra (Cotula *et al.*, 2009; Deininger *et al.*, 2011). O Banco Mundial,

¹ Este interesse é popularmente denominado «*land grabbing*», reflectindo as altamente contestadas condições históricas, políticas e sociais sob as quais o fenómeno ocorre (Margulis *et al.*, 2013).

² Uma perspectiva mais ampla de análise considera a crise alimentar de 2007-2008 como sendo apenas uma característica de uma crise mais generalizada e sistémica de acumulação capitalista global, sugerindo que o actual interesse global por terra faz parte de estratégias globais de acumulação de capital respondendo à tal generalizada e sistémica crise de acumulação capitalista global, caracterizada pela convergência de múltiplas crises: alimentar, energética, financeira e ambiental (Borras & Franco, 2012; Baglioni & Gibbon, 2013; Borras *et al.*, 2013).

por exemplo, estimou que 2 670 000 de hectares (ha) foram alocados a investidores entre 2004 e 2009, sendo pouco mais de metade desta área alocada a investidores nacionais (Deininger *et al.*, 2011). Friis & Reenberg (2010), com base em reportagens de imprensa colecionadas pelo International Land Coalition (ILC), estimaram que 10 305 000 ha foram transaccionados e/ou estiveram em negociação em Moçambique entre 2008 (Agosto) e 2010 (Abril). Dados do Land Matrix (LM)³ sugerem que, entre 2004 e 2013, cerca de 2 160 000 ha foram alocados a pouco mais de sessenta projectos de investimento, na maioria de capital estrangeiro (Muianga, 2014). A produção agrícola (alimentos e biocombustíveis) e a produção florestal foram os principais factores do crescente interesse na terra por parte de investidores neste período.

Estes dados não podem ser vistos como uma representação credível da realidade em Moçambique. Os debates mais recentes sobre tendências, escala, factores, actores e impactos das dinâmicas actuais de aquisição de terra, que em certa medida são alimentados pela existência destes dados, chamam a atenção para os problemas que possam surgir no seu uso (Cotula *et al.*, 2009; Cotula, 2012; Edelman, 2013; Edelman *et al.*, 2013; Oya, 2013). Apesar do alerta sobre a credibilidade dos dados, é evidente que processos de aquisição de terra em grande escala, envolvendo diversos actores, têm ocorrido em Moçambique nos últimos anos. As actuais dinâmicas económicas dominantes no País e as tendências e os padrões de investimento, incluindo as grandes concessões agrícolas, florestais e minerais, podem confirmar esta evidência. Este artigo analisa criticamente a evidência sobre tendências, escala, factores e actores relacionados com a actual dinâmica de aquisição de terra em larga escala em Moçambique. O artigo argumenta que, apesar de as actuais dinâmicas económicas dominantes poderem apontar para um processo de aquisição de terra em grande escala, a evidência sobre tendências, escala, factores e actores é ainda questionável. Portanto, além de ser importante interrogar a evidência, há um conjunto de questões críticas que deve ser explorado. Estas questões podem ajudar a construir um melhor quadro analítico sobre as dinâmicas actuais de aquisição de terra e as suas implicações socioeconómicas.

Além desta introdução, este artigo compreende três secções. Com recurso à base de dados do LM, a primeira secção analisa a evidência sobre tendências, escala, factores e actores relacionados com as dinâmicas actuais de aquisição de terra em larga escala em Moçambique. À luz da análise apresentada na segunda secção e com recurso à literatura, a terceira secção levanta algumas questões críticas para análise e alguns desafios para investigação. Finalmente, a quarta (e última) secção conclui o artigo.

³ Land Matrix é uma iniciativa de monitoria global e independente cujo objectivo é facilitar uma comunidade de desenvolvimento aberta de cidadãos, investigadores, fazedores de política e especialistas tecnológicos para promover transparência e prestação de contas nas decisões sobre terra e investimento (landmatrix.org).

O QUE SUGERE A EVIDÊNCIA DO LAND MATRIX SOBRE TENDÊNCIAS, ESCALA, FACTORES E ACTORES EM MOÇAMBIQUE?

Esta secção faz uma análise crítica da evidência sobre tendências, escala, factores e actores relacionados com as dinâmicas actuais de aquisição de terra em Moçambique, recorrendo à base de dados do LM⁴. O uso desta base de dados é útil na medida em que é das poucas bases que fornecem informação relativamente sistematizada sobre padrões e acordos de aquisição de terra em grande escala a nível global. Contudo, é importante sublinhar que os dados do LM não podem ser tomados como uma representação credível do que de facto está a acontecer. Os acordos de concessão de terra são dinâmicos, e as negociações, dependendo da escala e dos factores e actores envolvidos, são um processo complexo. Alguns acordos mudam, outros são cancelados, e novos acordos são assinados ou concluídos durante este processo. Além disso, muitos potenciais acordos não estão incluídos na base de dados do LM. Outros, que não tenham sido confirmados ou simplesmente não sejam verdadeiros, são retirados da base de dados. Só para citar alguns exemplos, o potencial acordo de concessão de (14 ou 6?) milhões de hectares de terra ao longo do Corredor de Nacala ao ProSAVANA⁵ não consta na base do LM. Este acordo foi divulgado, primeiramente, pela imprensa brasileira e teve (e continua a ter) imensa cobertura na imprensa local e internacional, incluindo em algumas publicações académicas. Igualmente, o acordo de concessão de 30 000 ha para o projecto PROCANA⁶ em Gaza (Massingir) e as grandes concessões de terra para exploração de recursos minerais e hidrocarbonetos no Centro e Norte do País também não constam na base do LM. Mesmo sem incluir estes factos, os dados estão em constante mudança, reflectindo as dinâmicas de mudança na informação sobre novos acordos, acordos cancelados ou anulados, acordos em negociação, não confirmados, etc. Em geral, existem questões metodológicas relacionadas com a maneira como a informação é produzida, seleccionada, organizada e verificada que precisam de ser tomadas em consideração no uso das bases de dados existentes. Estas questões metodológicas,

⁴ Os dados aqui apresentados foram consultados em Julho de 2014, na página de Internet do LM (landmatrix.org). Portanto, a informação que consta hoje na base de dados do Land Matrix é, sem dúvida, relativamente diferente da informação usada para análise neste artigo.

⁵ Segundo informação oficial, o ProSAVANA é um programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique. A sua missão é melhorar e modernizar a agricultura com vista a aumentar a produção e produtividade e diversificar a produção agrícola, gerar emprego através dos vários projectos de investimento agrícola e do estabelecimento de cadeias de valor. Os projectos implementados no quadro deste programa são coordenados pelo Ministério da Agricultura de Moçambique (actualmente Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar), pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O projecto abrange uma área do Corredor de Nacala e cobre 19 distritos das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete (www.prosavana.gov.mz).

⁶ PROCANA foi um dos vários projectos de biocombustíveis que não chegaram a avançar em Moçambique. A sua concessão de 30 000 ha para produção de etanol com base na cana-de-açúcar foi cancelada em 2009 devido ao incumprimento dos planos de investimento por parte do investidor, Central African Mining and Exploration Company (CAMEC), e aos constantes conflitos à volta de recursos (terra e água), com as comunidades afectadas na área concessionada (FIAN, 2010; Borras *et al.*, 2011; Hanlon, 2011a).

e não só, são, em parte, a razão pela qual alguns projectos constam e outros não constam na base de dados. Neste caso, embora a base de dados do LM seja útil para identificar e analisar alguns padrões mais gerais e levantar questões para investigação, é importante reconhecer as suas limitações e os problemas que podem surgir do seu uso.

Entretanto, como vem sendo mencionado, Moçambique tem sido reportado como alvo principal de investimento estrangeiro directamente ligado a terra. Vários potenciais acordos de aquisição de terra em grande escala foram documentados, sobretudo pela imprensa, desde o despertar da crise alimentar em 2007-2008. Alguns desses acordos foram reportados por potenciais investidores, em entrevistas e nas respectivas páginas de Internet. Evidentemente, não é possível descrever aqui todos potenciais acordos de concessão de terra em Moçambique que mereceram cobertura na imprensa (local e internacional) e de outras fontes. A base de dados do LM fornece pontos de entrada para identificação das fontes de informação, incluindo os artigos de imprensa, relatórios de estudos de caso e os respectivos *links*. Além disso, a informação reportada pela imprensa é considerada de qualidade e credibilidade duvidosas, incluindo dados sobre aquisição de terra em África e em Moçambique em particular (Cotula *et al.* 2009). Apesar da sua limitação, as reportagens dos *media* têm sido primeiras referências na investigação sobre as actuais dinâmicas de aquisição de terra em grande escala e servem como ponto de partida para analisar e questionar o que de facto está a acontecer.

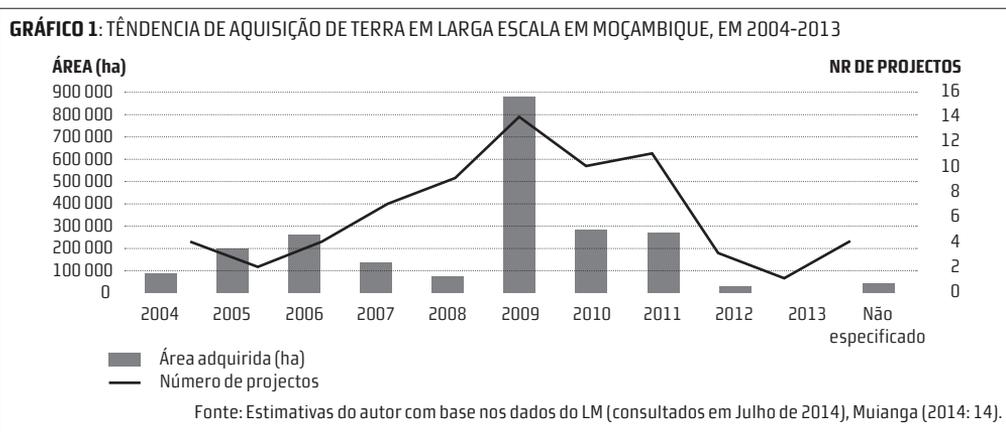
TENDÊNCIA E ESCALA

Dados do LM (accedidos em Julho de 2014) sugerem que 69 acordos de aquisição de terra («*land deals*»), num mesmo número de projectos, foram concluídos em Moçambique entre 2004 e 2013. Destes projectos, a 65 (com informação sobre as áreas concessionadas) foi alocada uma área total de 2 167 882 ha⁷. Esta área é bastante inferior à de 10 350 000 ha estimada por Friis & Reenberg (2010), com base nas reportagens de imprensa coleccionadas pelo ILC entre 2008-2010, e também à de 2 670 000 ha, estimada pelo Banco Mundial, com base nos dados dos inventários sobre investimento de 2004 a 2009 (Deiningner *et al.*, 2011). Durante este período (2004-2013), o número de projectos e acordos de aquisição de terra variou consideravelmente. A maioria dos acordos (cerca de 14) ocorreu em 2009, cobrindo uma área total de 876 855 ha, cerca de 40% da área total adquirida em todo o período (Gráfico 1). A crescente atenção dos *media* em 2009, possivelmente relacionada com a cobertura dos potenciais fenómenos ligados à crise mundial de alimentos de 2007-2008, pode ter contribuído para a divulgação destes acordos. Ademais, este cenário é consistente com o facto de, a partir de 2009, o governo de Moçambique ter abraçado entusiasticamente a campanha de promoção de biocombustíveis, em paralelo com

⁷ Segundo o LM, Moçambique, com 2 167 882 ha alocados a vários investidores entre 2004 e 2013, é o quinto país alvo de investimento associado à terra, depois da Papua-Nova Guiné (3 799 169 ha), da Indonésia (3 549 462 ha), do Sudão do Sul (3 491 453 ha) e da República Democrática do Congo (2 717 358) (landmatrix.org, accedido a Julho de 2014).

a campanha de produção de alimentos⁸. Este cenário resultou no esforço do governo na identificação das chamadas terras ‘marginais’ (para biocombustíveis) e na facilitação de processos de concessão de grandes extensões de terra a investidores estrangeiros para a produção de biocombustíveis e de alimentos. De facto, os dados sugerem que mais de metade dos acordos de concessão de terra concluídos em 2009 tinha como propósito produzir alimentos e biocombustíveis, numa área total de cerca de 70 528 ha. Contudo, segundo os dados, as maiores áreas concessionadas estão ligadas à produção florestal (595 327 ha em quatro projectos), à conservação e sequestro de carbono (126 000 ha em dois projectos) e ao turismo (100 000 ha num único projecto).

Os anos subsequentes foram caracterizados por uma redução significativa dos acordos de concessão de terra, incluindo as áreas totais alocadas para investidores. Uma das possíveis razões tem que ver com o facto de o governo de Moçambique ter tomado a decisão de não conceder terra acima de 1000 ha, de finais de 2009 a meados de 2011 (Hanlon, 2011a). A crescente oposição por parte de grupos sociais locais em relação à concessão de grandes extensões de terra, os crescentes conflitos de terra envolvendo investidores e comunidades e a falta de transparência nos processos de consulta comunitária, assim como o fracasso de vários projectos de investimento na área de biocombustíveis, com destaque para o projecto PROCANA (30 000 ha em Massingir para a produção de biocombustível com base na cana-de-açúcar), poderão também ter contribuído para esta decisão do governo (Borras *et al.*, 2011; Hanlon, 2011a). Curiosamente, todos os acordos de concessão de terra concluídos em 2010 e 2011 cobriam áreas acima de 1000 ha. Há a possibilidade de que, durante o período de interdição de concessões acima de 1 000 ha, tenham existido concessões feitas não oficialmente (Hanlon 2011b).



⁸ Estas campanhas foram vigorosamente promovidas pelo então Presidente Armando Guebuza, sobretudo a partir de 2007, e culminaram com a elaboração de vários documentos, com destaque para a Estratégia da Revolução Verde, o Plano de Acção para a Produção de Alimentos e a Estratégia Nacional de Biocombustíveis.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Do ponto de vista regional, existe uma distribuição desigual de concessões de terra, como a Tabela 1 mostra. A Região Centro de Moçambique, com 31 concessões, foi a que teve mais acordos de aquisição de terra concluídos, cobrindo uma área total de 1 185 779 ha (cerca de 55% da área total alocada em todo o País no período em análise). As províncias de Zambézia (801 163 ha) e Manica (265 286 ha) foram as que maiores áreas de terra alocaram para investidores. A Região Norte, com 14 concessões, alocou cerca de 755 815 ha para investidores (cerca de 35% da área total alocada). A província do Niassa alocou mais de metade da área total alocada na região, 423 970 ha, com a maioria da área destinada para exploração florestal. Finalmente, a Região Sul, com 21 concessões, alocou 223 488 ha (10% da área total alocada). Nesta região, a província de Gaza alocou a maior extensão de terra a investidores.

Alguns factores naturais e geográficos podem explicar o padrão regional de concentração das grandes concessões de terra em Moçambique. Por exemplo, as regiões Norte e Centro são historicamente conhecidas como regiões que concentram algumas das melhores terras férteis do País e grandes plantações (cana-de-açúcar, tabaco, algodão e chá), algumas das quais constituíam culturas estratégicas de exportação durante o período colonial e um pouco depois da Independência. No Sul de Moçambique também dominaram algumas plantações de arroz, particularmente no vale do Limpopo, na província de Gaza, onde actualmente decorre produção de arroz por investidores chineses. Além da qualidade da terra, associada à sua proximidade das maiores fontes de água (por exemplo, os vales do Zambeze e de Limpopo), as mesmas encontram-se perto dos principais corredores de transporte (corredores de Maputo, Beira e Nacala) e mercados regionais (por exemplo, África do Sul, Zimbabwe e Malawi). Estes factores (a qualidade da terra, a proximidade das principais fontes de água e infra-estruturas), aliados à abundância de terra, têm sido apontados, na literatura, como alguns dos principais factores determinantes na aquisição de grandes extensões de terra em África. Por exemplo, com base nos dados do cadastro provincial de terra de Manica, Cotula (2012: 655) observou que «concessões de terra tinham aumentado de 562 ha em 2007 para 21 334 ha em 2008 e 58 880 ha em 2009, enquanto aplicações para 367 165 ha estavam pendentes até Janeiro de 2010». Woodhouse & Ganho (2011) referem também que o acesso quase exclusivo à água (e outros recursos) por parte de investidores tem sido um aspecto implícito em contratos de concessão de grandes extensões de terra para a produção agrícola, incluindo em algumas principais bacias hidrográficas de Moçambique.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE AQUISIÇÕES DE TERRA EM LARGA ESCALA EM MOÇAMBIQUE, 2004-2013

REGIÃO		Número de projectos	Área pretendida (ha)	Área adquirida (ha)	% do total de projectos	% da área total adquirida
Sul	Maputo	9	75 720	87 218	13	4
	Gaza	9	201 000	124 300	13	6
	Inhambane	3	40 000	11 970	4	1
	TOTAL	21	316 720	223 488	30	10
Centro	Manica	9	373 067	265 286	13	12
	Sofala	5	76 000	90 248	7	4
	Tete	2	29 082	29 087	3	1
	Zambézia	15	629 259	801 163	22	37
	TOTAL	31	1 107 408	1 185 779	45	55
Norte	Nampula	6	145 600	154 970	9	7
	Cabo Delgado	4	258 653	176 875	6	8
	Niassa	6	540 000	423 970	9	2
	TOTAL	14	944 253	755 815	20	35
Região não especificada		2	17 000	2 800	3	0
SUBTOTAL		69		2 167 882	100	100

Fonte: Muianga (2014: 15).

FACTORES

Além dos factores naturais e geográficos, factores económicos e de mercado têm dominado a actual dinâmica de aquisição de terra em grande escala a nível global, em particular a produção de alimentos e biocombustíveis. Esta tendência é explicada pelo facto de, sobretudo em 2007-2008, a crise alimentar ter despertado a necessidade de os países (sobretudo países ricos dependentes de importação de alimentos e com escassez de terra e água para a produção agrícola) garantirem a sua própria segurança alimentar. As crises financeira e ambiental e a consequente necessidade de novas estratégias globais para acumulação de capital são também tidas como causas da actual procura de terra. Moçambique não é uma excepção a essas dinâmicas e processos globais. Os constantes apelos e discursos oficiais focando a necessidade de promover a produção alimentar e, posteriormente, a promoção dos biocombustíveis, para lidar com a então crise energética, e o debate mais geral sobre mudanças climáticas explicam os processos iniciais das actuais concessões de terra em grande escala.

Foi mencionado acima que a maioria dos acordos de concessão de terra concluídos em 2009 estava direccionada para a produção de alimentos e biocombustíveis. De facto, a produção agrícola tem sido o principal factor para concessão de largas extensões de terra, embora outros sectores, como recursos minerais, infra-estruturas e alguns produtos primários (não agrícolas), tenham tido um papel importante nos últimos anos. Só para a produção de culturas alimentares foram firmados 18 acordos de concessão de terra em igual número de projectos, cobrindo uma área total de 92 100 ha. No caso dos biocombustíveis, 15 acordos, cobrindo uma área de 125 335 ha, foram concluídos. Olhando mais detalhadamente, a área destinada à produção de biocombustíveis e culturas alimentares é bastante superior à inicialmente estimada (92 100 + 125 335), quando projectos com o propósito de produzir simultaneamente os dois grupos de culturas são incluídos. Por exemplo, seis projectos, cobrindo uma área de

196 000 ha, tinham como propósito produzir alimentos e biocombustíveis em simultâneo. Claramente, não é fácil identificar, nestes projectos, a área destinada somente à produção de biocombustíveis ou de alimentos, sobretudo quando as mesmas culturas são simultaneamente culturas alimentares e matéria-prima para biocombustíveis (a cana-de-açúcar, por exemplo). O mesmo também pode ser verificado em outros projectos com intenção de uma produção mista. Enquanto a agricultura para a produção de alimentos e biocombustíveis tem atraído mais atenção, outros factores, como as florestas (que nos últimos anos têm sido dominantes na província de Niassa e um pouco nas províncias da Zambézia e Nampula) e a conservação e sequestro de carbono («*carbon sequestration*/REDD»⁹), têm merecido relativamente pouca atenção. De facto, a produção alimentar e de biocombustíveis não constitui o principal factor, do ponto de vista de área alocada. A produção florestal (para produção de madeira e fibra), com cerca de nove projectos, cobre uma área de 699 937 ha, seguindo-se o turismo, com um projecto cobrindo 210 000 ha, e a conservação, também com um projecto que cobre 200 000 ha. Além disso, projectos que combinam a conservação com a produção de madeira e fibra ou sequestro de carbono com energia renovável adquiriram maiores áreas de terra do que projectos que combinam a produção de alimentos e biocombustíveis (Tabela 2).

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE TERRA EM LARGA ESCALA EM MOÇAMBIQUE, POR FACTORES, 2004-2013

FACTORES	Área adquirida (ha)	Número de projectos	% da área total adquirida	% do total de projectos
Biocombustíveis	125 335	15	5,8	21,7
Sequestro de carbono/ REDD	-	1	0,0	1,4
Conservação	200 000	1	9,2	1,4
Culturas alimentares	92 100	18	4,2	26,1
Pecuária	71 500	5	3,3	7,2
Commodities agrícolas não alimentares	7806	3	0,4	4,3
Turismo	210 000	4	9,7	5,8
Madeira e fibra	699 937	9	32,3	13,0
Biocombustíveis, culturas alimentares	196 800	6	9,1	8,7
Biocombustíveis, commodities agrícolas não alimentares	35 293	2	1,6	2,9
Sequestro de carbono/ REDD, madeira e fibra	9875	1	0,5	1,4
Conservação, sequestro de carbono/ REED	126 000	1	5,8	1,4
Conservação, madeira e fibra	210 000	1	9,7	1,4
Madeira e fibra, energia renovável	182 886	1	8,4	1,4
Não especificado	350	1	0,0	1,4
TOTAL	2 167 882	69	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do LM (accedidos em Julho de 2014).

ACTORES E/OU ORIGEM DOS INVESTIDORES

Investidores de vários países, incluindo de Moçambique, têm adquirido grandes extensões de terra pelos diversos factores acima mencionados. Esta diversidade de actores pode também reflectir a diversidade de interesses à volta da terra. Dados do LM, incluindo para Moçam-

⁹ *Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation.*

bique, sugerem que os investidores estrangeiros são os principais actores. No caso específico de Moçambique, de todos os projectos que constavam na base de dados do LM até Julho de 2014 e envolvendo investidores nacionais, apenas um não tem participação de capital estrangeiro. Este aspecto reflecte, em certa medida, a lógica de acumulação das classes capitalistas nacionais, que têm no capital estrangeiro um parceiro estratégico para continuar a acumular, com base no privilégio no acesso a terra e a recursos naturais (ver, por exemplo, Castel-Branco, 2010, 2015). É certo que, do ponto de vista global, muita atenção tem sido dada a actores estrangeiros, em detrimento de actores nacionais (incluindo investidores e governo). Isto acontece, em parte, porque o capital estrangeiro, comparativamente ao capital doméstico nos países-alvo, é visto como tendo maior capacidade de investir em grandes extensões de terra e tendo acesso a mercados globais. Mas também existe uma ideia generalizada de que os actores estrangeiros dos países desenvolvidos procuram terra «barata» nos países subdesenvolvidos, como parte das suas estratégias globais de acumulação de capital. O LM, por exemplo, tende a focar-se nos investidores estrangeiros, o que não permite uma análise mais completa dos vários actores nem dos seus interesses específicos e das suas ligações com processos globais. Contudo, a evidência mostra que o capital e outros actores domésticos têm desempenhado um papel determinante na facilitação e aquisição de grandes extensões de terra em Moçambique. Por exemplo, a Fundação Malonda, criada em 2005 pelos governos de Moçambique e da Suécia, facilitou o estabelecimento de pelo menos cinco empresas florestais na província de Niassa, com destaque para a Chikweti Forest of Niassa, a New Forests, a Green Resources e a Florestas de Niassa (Hanlon, 2011a). Estas companhias, em conjunto, controlam pouco mais de 300 000 ha de terra para plantações florestais comerciais. Portanto, é importante que o debate actual sobre a aquisição de terra por parte do capital estrangeiro não obscureça o papel do capital e dos agentes domésticos (incluindo o governo) ou o rápido processo de apropriação (e controlo efectivo) de terra por parte destes (Peters, 2013). O relatório *Rising Global Interest in Farmland* do Banco Mundial (Deininger *et al.*, 2011) destaca o papel do capital doméstico em processos de aquisição de terra. O relatório calcula que, dos cerca de 2 670 000 ha estimados como tendo sido transaccionados entre 2004 e 2009 em Moçambique, cerca de 53% foram alocados a investidores nacionais. Não está claro quem são estes investidores, os seus interesses específicos e as suas ligações com o capital estrangeiro. Cotula (2012), por exemplo, sugere que o papel do capital nacional deve ser entendido à luz de diferentes factores e frequentemente mais localizados. Estes factores incluem a importância da terra nas opções locais de investimento e o posicionamento estratégico, mas também, e cada vez mais frequentemente, à luz das suas ligações com o capital estrangeiro e processos globais. Portanto, é importante analisar criticamente o envolvimento do capital doméstico em processos de aquisição de grandes extensões de terra e a sua ligação com o capital estrangeiro. Esta análise deve ser

feita dentro de um quadro mais geral sobre processos de acumulação capitalista nacional e as suas implicações socioeconómicas.

Relativamente às áreas adquiridas, os dados do LM mostram que os investidores portugueses ocupam a primeira posição, com cerca de 384 721 ha (cerca de 18% do total de terra alocada a investidores). A Portucel Soporcel, uma empresa de capitais portugueses, com um plano de montar uma indústria de processamento de papel (para exportação) na província da Zambézia, adquiriu cerca de 173 327 ha para a produção de madeira e fibra em 2009 e outros 182 886 ha para madeira e fibra e energia renovável. Ambos os projectos envolvem o plantio de eucaliptos nas províncias de Zambézia e Manica, respectivamente, e encontram-se em fase inicial desde 2012¹⁰. Investidores portugueses têm também interesses na produção de alimentos e biocombustíveis, tendo adquirido cerca de 43 508 ha. Um dos projectos para a produção de biocombustível (com cerca de 18 500 ha) foi abandonado em 2013. A África do Sul é o segundo maior investidor, com dez projectos e acordos concluídos entre 2008 e 2011, cobrindo uma área total de 222 920 ha. O turismo tem sido o maior factor do investimento sul-africano, cobrindo cerca de 85% da área total adquirida (190 000 ha). Mais recentemente, a produção de alimentos e biocombustíveis, particularmente a produção de cana-de-açúcar, tem atraído o interesse de investidores sul-africanos. Investidores dos Estados Unidos da América (168 170 ha), do Zimbabue (150 000 ha), Noruega (130 800 ha) e do Reino Unido (63 029 ha) também têm tido um importante papel na aquisição de terra em Moçambique. Enquanto a produção florestal (madeira e fibra) atrai mais interesse de investidores americanos (160 000 ha num único projecto), os investidores zimbabuanos têm interesse na produção de alimentos e de biocombustíveis (150 000 ha). Investidores da Noruega têm interesses na área de conservação e sequestro de carbono (126 000 ha) e na madeira e fibra (4800 ha). Investidores do Reino Unido têm mais interesse na produção de comida e biocombustíveis (28 348 ha) e na pecuária (21 000 ha).

Os investidores nacionais têm desenvolvido parcerias com investidores estrangeiros em algumas das maiores concessões, sobretudo na área de florestas. São os casos de quatro acordos na área de florestas (produção de madeira e fibra) e conservação, nomeadamente: uma concessão, cobrindo uma área total de 490 970 ha, envolvendo a Diocese de Niassa e igrejas nórdicas, um fundo de pensão da Holanda e investidores norte-americanos; uma área de 210 000 ha para a mesma finalidade, envolvendo a Fundação Malonda e uma *holding* zimbabuana. Outros dois acordos de concessão envolveram parcerias entre a Diocese Anglicana dos Libombos e investidores suecos (46 420 ha), e o último, o governo de Moçambique e um investidor sul-africano (23 600 ha).

¹⁰ Recentemente, a Portucel Soporcel lançou oficialmente as suas operações na província da Zambézia. No fim de Outubro de 2014, a imprensa moçambicana, citando o presidente da Portucel Soporcel, reportou que a «Portucel poderá vender 20% do projecto em Moçambique» à Corporação Financeira Internacional (IFC), do grupo Banco Mundial, com vista a «reforçar o empenhamento (da Portucel) num projecto integrado de produção florestal, de pasta de celulose e de energia (*O País*, 2014, 27 de Outubro).

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE TERRA EM LARGA ESCALA EM MOÇAMBIQUE POR ORIGEM DOS INVESTIDORES, 2004-2013

Origem dos investidores	Área adquirida (ha)	Número de projectos	% do total da terra adquirida	% do total de projectos
Austrália, África do Sul	20 293	1	0,94	1,45
Canadá, Quênia	21 000	1	0,97	1,45
China	29 089	4	1,34	5,80
Alemanha	1000	1	0,05	1,45
Índia	17 370	5	0,80	7,25
Índia e Reino Unido	-	1	0,00	1,45
Itália	32 300	4	1,49	5,80
Itália, Espanha, Reino Unido, Portugal, Coreia	15 000	1	0,69	1,45
Quênia	3000	1	0,14	1,45
Líbia, Moçambique	1800	1	0,08	1,45
Maurícias, Singapura	20 000	1	0,92	1,45
Holanda	17 500	2	0,81	2,90
Noruega	130 800	2	6,03	2,90
Portugal	384 721	4	17,75	5,80
Portugal, Moçambique	15 000	1	0,69	1,45
Singapura	20 630	3	0,95	4,35
África do Sul	222 920	10	10,28	14,49
África do Sul, Moçambique	23 600	2	1,09	2,90
Suécia, Moçambique	46 240	1	2,13	1,45
Suécia, Noruega, Holanda, EUA, Moçambique	262 000	2	12,09	2,90
Suécia, República Unida da Tanzânia	2000	1	0,09	1,45
Suécia, EUA, Moçambique	228 970	2	10,56	2,90
Suíça	2800	1	0,13	1,45
Reino Unido	63 029	7	2,91	10,14
EUA	168 170	3	7,76	4,35
Zimbábwe	150 000	1	6,92	1,45
Zimbábwe, Moçambique	210 000	1	9,69	1,45
Zimbábwe, Noruega	3800	1	0,18	1,45
Países não especificados	54 850	4	2,53	5,80
TOTAL	2 167 882	69	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do LM (consultados em Julho de 2014).

Curiosamente, embora o discurso oficial focasse a produção alimentar e de biocombustíveis, os dados mostram que poucos investidores nacionais têm mostrado interesse nestas áreas. Somente três projectos com tal propósito envolvem investidores nacionais. O primeiro caso é um projecto de um consórcio líbio-moçambicano, Lap/Ubuntu (Ubuntu, de Moçambique, e Libya Africa Investment Portfolio-Lap, um portfólio de investimento com capitais do governo da Líbia), com uma área de 1800 ha, para a produção de arroz híbrido para exportação para a Líbia.¹¹ O segundo caso envolve a Galp Energia (de Portugal) e a Companhia do Buzi, para a produção de biocombustíveis (com base na jatrofa e cana-de-açúcar) e alimentos, numa área total de 15 000 ha. O terceiro projecto envolve a TSB Sugar [um dos maiores produtores sul-africanos de açúcar e que já opera em alguns campos de produção de cana-de-açúcar em Moçambique, em Xinavane, no distrito de Manhiça, com a Sociedade de Investimentos Agro-Industrial do Limpopo (SIAL)], para a produção de biocombustível com base na cana-de-açúcar. Em geral, projectos com o propósito de produzir alimentos e biocombustíveis têm sido dominados por investidores estrangeiros, o que é, de alguma forma, consistente com o argu-

¹¹ Este projecto entrou em crise com a então queda do governo de Khadafi, por sinal o principal investidor.

mento de que os países ricos procuram terra nos países pobres para garantirem a sua própria oferta de alimentos e segurança alimentar e energética.¹² Isto também remete para a discussão que se foca apenas nas economias emergentes (Brasil, Índia, China, etc.) e nos países do golfo (Emirados Árabes Unidos, Qatar, Arábia Saudita, etc.) como os únicos na corrida à terra, cenário que não se constata se atentarmos na base de dados do LM sobre Moçambique. Embora seja fácil identificar a origem dos investidores interessados em adquirir grandes extensões de terra em Moçambique, não é fácil determinar a escala de aquisição de terra envolvendo todos estes países individualmente. Alguns dos acordos de concessão de terra são para projectos que envolvem investidores de vários países. Além disso, existe uma dificuldade em saber o montante de capital envolvido (doméstico e estrangeiro, público e privado) e o tipo de impactos na estruturação de dinâmicas de acumulação mais gerais, incluindo os mercados de trabalho. Porém, algumas questões críticas para análise podem ser levantadas.

ALGUMAS QUESTÕES PARA ANÁLISE E DESAFIOS PARA INVESTIGAÇÃO

A secção anterior fez uma análise crítica da evidência sobre tendências, escala, factores e actores relacionados com a dinâmica actual de procura e aquisição de terra para investimento em Moçambique, com recurso à base de dados do LM. Olhando para este quadro de análise, e apoiando-se na literatura mais recente sobre o fenómeno actual de aquisição de grandes extensões de terra, a presente secção levanta algumas questões críticas para análise. Um engajamento com estas questões (que são úteis para construir um quadro de análise que explique as várias dimensões do fenómeno e as suas interacções, incluindo as suas trajetórias históricas, os seus padrões gerais e os impactos na estruturação e transformação de padrões de acumulação económica e social existentes e que estão a emergir no País) constitui um grande desafio para investigação. De que forma este fenómeno se tem manifestado em Moçambique, quais são os principais canais de entrada e que padrões gerais emergem (incluindo padrões de acesso, controlo e uso de terra e as suas implicações) e até que ponto estes padrões diferem de fenómenos similares no passado são algumas das questões que vale a pena investigar. Um olhar crítico sobre o que existe em termos de dinâmicas de aquisição, controlo e uso de terra e a sua diferenciação pode permitir uma melhor construção e compreensão das tendências e trajetórias (incluindo históricas) do fenómeno no País, dos principais factores, actores e seus

¹² Importa sublinhar que grande parte dos projectos aprovados para a produção de biocombustíveis nunca chegou a ser concretizada. A maioria dos projectos abandonados, cerca de cinco, envolvia a produção de biocombustíveis, numa área de cerca de 56 826 ha (45% da área total alocada para este propósito). Quatro projectos, cobrindo uma área de 23 309 ha, estavam em operação, embora uma percentagem muito pequena da área esteja a ser plantada. Outros cinco projectos, cobrindo uma área de 45 200 ha, estavam numa fase inicial ou ainda não tinham começado a operar (Muianga, 2014).

interesses específicos e as suas implicações socioeconómicas. As questões críticas aqui levantadas, embora não respondam necessariamente à complexidade do fenómeno, fornecem algumas indicações sobre como prosseguir com futura investigação e que dimensões de análise podem ser úteis explorar actualmente. Neste caso, a informação existente sobre a aquisição de terra em Moçambique nos últimos anos, incluindo a que foi avançada na secção anterior deste artigo, é, sem dúvida, um ponto de partida para encontrar possíveis respostas e levantar novas questões.

Entretanto, o debate actual em Moçambique, e não só, sugere que grande parte da análise e investigação sobre as actuais trajectórias e padrões de aquisição de terra se tem focado nas possíveis áreas de terra transaccionada, nos factores, actores e suas origens e, em vários casos, na denúncia dos impactos negativos nas regiões-alvo. Em poucos casos, e com alguma limitação, há uma análise dos impactos nos padrões e modos de vida mais gerais, incluindo uma análise dos vários processos de acumulação relacionados. A secção anterior deste artigo focou-se na descrição e análise de algumas destas questões, embora com limitações, associadas ao tipo de informação disponível e o que esta permite observar e analisar.

Entretanto, uma das questões críticas que emergem da literatura e que valem a pena lançar e discutir no debate sobre dinâmicas de aquisição de terra em Moçambique tem que ver com as inconsistências e lacunas que a crescente evidência sobre a escala global do fenómeno apresenta (Cotula, 2012; Oya, 2013). Tais inconsistências estão relacionadas, por exemplo, com o facto de as bases de dados existentes sobre o fenómeno (por exemplo, GRAIN e LM, por sinal as mais usadas) dependerem de diferentes fontes (reportagens e artigos dos *media*, relatórios de investigação, estudos de caso, etc.) e métodos e por apresentarem números e conclusões diferentes sobre a escala e geografia do fenómeno (Cotula, 2012; Edelman *et al.*, 2013; Oya, 2013). Por exemplo, o LM adoptou uma estratégia de triangulação da informação documentada nos *media* e nas páginas de Internet das empresas, de relatórios de investigação e de estudos de caso para a construção da sua base de informação (Anseeuw *et al.*, 2013), enquanto o GRAIN (que também é uma organização de defesa de pequenos camponeses) optou por coleccionar reportagens dos *media* para construir a sua base de informação (GRAIN, 2013). Além disso, a definição do que é aquisição de larga escala difere entre organizações. O LM regista apenas aquisições de terra a partir dos 200 ha e também se foca mais em determinados sectores e em investidores estrangeiros. Outros ainda consideram 1000 ha como aquisição de larga escala, também com tendência a focarem-se em certos sectores e actores. Portanto, as várias bases de informação sobre o fenómeno global de aquisição de terra podem fornecer resultados diferentes e levar a conclusões distintas sobre a escala do fenómeno (em ha), os seus actores e os potenciais impactos em Moçambique, pelo que vale a pena olhar criticamente para estas questões.

Um outro aspecto crítico que merece ser destacado é a tendência generalizada de se agregarem hectares de terra sem necessariamente considerar a diferenciação da sua qualidade, do seu uso e da sua localização (por exemplo, proximidade em relação a outros recursos como água, infra-estruturas e vias de comunicação, força de trabalho, etc.). Por exemplo, 1000 ha de produção de jatrofa em Manica diferem, claramente, de 1000 ha de produção de soja em Nampula, do ponto de vista do impacto nos padrões de uso de terra e de acesso a outros recursos, do capital envolvido, das relações e organização da produção e dos seus impactos nos processos e relações de trabalho. Infelizmente, a informação usada na secção anterior sofre claramente deste problema metodológico. Apesar destes problemas, as bases de dados do GRAIN e do LM são as mais usadas e difundidas globalmente, e o debate actual sobre aquisição de terra é, em grande medida, estruturado pela existência e difusão destes dados (Oya, 2013). Por exemplo, muitas das estimativas do Banco Mundial sobre o crescente interesse global por terra (Deininger *et al.*, 2011) e de Friis & Reenberg (2010) sobre a África Subsariana e Moçambique em particular são baseadas em reportagens dos *media* publicadas no blogue do GRAIN. Como se pode notar, a análise feita na secção anterior deste artigo foi largamente baseada nos dados do LM.

Obviamente, a qualidade e a credibilidade dos dados sobre a aquisição de terra em Moçambique, e não só, são muito importantes e indispensáveis, mesmo reconhecendo a dificuldade e os custos associados à sua produção. Portanto, determinar a escala do fenómeno num contexto de fraca qualidade e fiabilidade da informação existente constitui um outro grande desafio de investigação. É aqui que a investigação tem sua utilidade. Isto é, como é que nova investigação sobre dinâmicas de aquisição de terra pode ajudar a melhorar a qualidade da produção de informação e, conseqüentemente, a qualidade da análise e direcção do debate sobre a questão da terra em Moçambique. A resposta a esta questão depende certamente do tipo de interesse e foco da investigação, incluindo o tipo de questões de partida (que surgem da análise da informação existente) e a metodologia escolhida. Por exemplo, apurar somente as áreas de terra adquiridas para exploração florestal em Moçambique (na província de Niassa, em particular) diz muito pouco sobre a escala do fenómeno. As mudanças nos padrões e relações de produção (incluindo as formas e relações de trabalho), os novos padrões e relações de produção que emergem, os processos de trabalho ao longo do tempo e as suas implicações nos modos de vida dos trabalhadores e dos seus agregados familiares são algumas das questões que vale a pena explorar.¹³

Na prática, existe uma enorme dificuldade em apurar a escala do fenómeno, dada a sua complexidade, incluindo os seus impactos e o tipo de transformações socioeconómicas resultantes. Um dos desafios de investigação passa por olhar para a questão da escala dentro de um quadro mais geral de análise das dinâmicas de transformação agrária e da forma como estas

¹³ Algumas destas questões serão apresentadas com mais detalhes num trabalho que está a ser desenvolvido pelo IESE, sobre dinâmicas de emprego e bem-estar dos trabalhadores da indústria florestal em Niassa (Ali *et al.*, no prelo).

dinâmicas se relacionam com processos globais. Isto inclui olhar para diferentes questões e elementos críticos que vão para além dos hectares adquiridos, dos factores e origem dos investidores e dos impactos mais gerais a curto prazo (expropriação, conflitos de terra, etc.), que têm caracterizado o discurso crítico dominante em Moçambique. Portanto, é preciso olhar para a escala do fenómeno de forma mais ampla, o que inclui não só a extensão de terra como também o capital aplicado nessa terra, as dinâmicas de controlo das cadeias globais de produção e distribuição, as relações de trabalho que emergem (Edelman, 2013), as possibilidades de acesso e uso («exclusivo») de outros recursos, por exemplo, da água (Woodhouse & Ganho, 2011; Woodhouse, 2012), força de trabalho e infra-estruturas, bem como as implicações sobre os «tipos de acumulação e reprodução social» existentes (Edelman, 2013: 497). Isto inclui também a emergência e consolidação do capital rural e a sua ligação (histórica) com a terra e com o capital estrangeiro. Estas e outras questões são importantes para melhor entender as dinâmicas de transformação agrária e rural e o seu impacto na reestruturação dos processos de acumulação e relações sociais de produção. Portanto, focarmo-nos somente na extensão de terra adquirida, nos actores e nas suas origens, embora seja importante para a identificação e análise de alguns padrões gerais, diz muito pouco sobre as dinâmicas de acumulação socioeconómicas mais específicas ligadas à terra e à sua qualidade e de como essas dinâmicas se relacionam com o capital doméstico emergente e em ascensão, incluindo a sua relação com a força de trabalho. Por exemplo, as bases de dados podem mostrar quem são os investidores e o que potencialmente fazem ou pretendem fazer com a terra, mas não mostram quais são as suas ligações globais e locais, qual é o capital envolvido ou qual é a finalidade da produção (alimentar o mercado doméstico ou externo). Que relações e práticas de produção emergem (por exemplo, *contract farming*, que compreende uma variedade de práticas, relações de propriedade, variedade de culturas e relações de trabalho)? Qual é o papel estratégico de Moçambique nas estratégias globais de acumulação de capital? Por que razão a terra é um importante factor de acumulação em determinados contextos (por exemplo, no contexto do surgimento e consolidação de uma classe capitalista nacional, com fortes ligações ao capital estrangeiro e com poder de acesso e controlo sobre a terra e recursos relacionados)?

Infelizmente, estas e outras dimensões de escala têm sido muito pouco exploradas no actual debate sobre a questão da terra em Moçambique. Esta tendência não só reflecte as dificuldades inerentes ao acesso à informação de qualidade e credível para análise como também acontece de forma deliberada, reflectindo, várias vezes, diferentes focos de análise e interesses específicos por parte dos diversos actores, incluindo organizações da sociedade civil (OSC), investidores (nacionais e estrangeiros), governo, doadores, etc. Estas organizações sociais têm diferentes focos de análise, alguns mais direccionados para os seus interesses mais específicos ligados às suas lutas e agendas políticas e de advocacia. Algumas organizações focam-se nos aspectos legais (divulgação da lei de terras nas comunidades, por exemplo), outras nas questões ambientais, expropriação

e impactos mais gerais de curto prazo nas regiões afectadas, outras, como a União Nacional de Camponeses (UNAC), na defesa dos pequenos agricultores e camponeses relativamente à expropriação da terra e a inclusão destes na cadeia de valor dos grandes projectos de investimento agrícola, por exemplo, no ProSAVANA. Evidentemente, processos de expropriação, ilegalidades e impactos ambientais, entre outros, têm acontecido como resultado das actuais dinâmicas de aquisição de terra para investimento em Moçambique, assim como novas dinâmicas de acumulação de capital centradas no meio rural (e mesmo urbano) têm emergido. Contudo, entender o fenómeno nas várias dimensões de escala acima mencionadas pode fornecer uma melhor compreensão dos actores ou investidores e das suas ligações locais e globais, o que fazem ou tencionam fazer com a terra adquirida e quais são as implicações socioeconómicas.

Uma outra questão crítica que vale a pena mencionar e que também constitui um desafio de investigação prende-se com o facto de ainda existir pouca clareza sobre o fenómeno, aliado e, por vezes, com a não veracidade da informação documentada pelos vários actores (governos, investidores e organizações sociais), incluindo a imprensa. Estes aspectos determinam, em larga medida, a forma como o actual debate sobre aquisição de terra em Moçambique é estruturado. Por exemplo, quais são as posições dos diferentes actores e qual é o interesse destes em tratar a informação de uma ou de outra forma? Que tipo de problemas, contradições e tensões emergem? Estas questões são importantes para a determinação das bases e dos limites para futura investigação e chamam a atenção para o uso das bases de dados existentes, que, em grande medida, são alimentadas por esta informação diferenciada produzida pelos diversos actores. Os primeiros dados, informação e análise que surgiram sobre o fenómeno em Moçambique (as áreas de terra adquiridas ou sob algum tipo de negociação, os factores, os actores – domésticos e estrangeiros – e os potenciais impactos socioeconómicos), bem como a rapidez com que esta informação se foi difundindo nos últimos anos, são bastante preocupantes. Preocupantes não só do ponto de vista de apuramento da veracidade da informação, dos resultados e impactos documentados, mas também do ponto de vista da direcção da investigação. Evidentemente, verificar até que ponto a informação documentada é verdadeira ou falsa, completa ou incompleta, é um exercício difícil e dispendioso do ponto de vista do tempo e de recursos financeiros e humanos. Aprender a lidar com estas questões (qual é a informação, quem documenta, como é documentada e com que objectivo) é um importante desafio de investigação e pode ajudar a eliminar algumas das inconsistências e lacunas existentes. A informação, várias vezes contraditória e não clara, sobre o projecto ProSAVANA (vinda dos diferentes actores, incluindo dos proponentes do projecto, de organizações camponesas e de outras organizações sociais nacionais e internacionais) é bastante elucidativa sobre os problemas, as tensões e as contradições que caracterizam o actual debate sobre a aquisição de terra para investimento em Moçambique. Esta questão inclui também a forma como os discursos e acções políticos (oficiais e não oficiais) dos vários actores são (re)estruturados para resolver

ou mesmo acentuar tais problemas, tensões e contradições (Classen, 2013; Mosca, 2014). Por exemplo, qual é, de facto, a área efectiva abrangida pelo projecto (14 ou 6 milhões de ha?), o que existe nestas áreas e que trajectória, objectivos e alternativas existentes sobre o projecto são algumas questões que necessitam de esclarecimentos e de uma investigação mais rigorosa para analisar e avaliar os potenciais impactos socioeconómicos. Um outro exemplo sobre Moçambique destaca um caso, reportado por Horta (2008), dando conta de um possível interesse de investidores chineses em adquirir largas extensões de terra para produção agrícola em Moçambique, mais concretamente no vale do Zambeze. Brautigam (2012) e Lagerkvist (2013) confirmaram a falsidade desta informação. Apesar disso, a mesma informação apareceu em vários relatórios de reputadas instituições de investigação sobre a questão de aquisição de terra (Edelman, 2013). Este exemplo levanta a questão da legitimidade da informação documentada por vários actores, independentemente da sua veracidade ou não, o que tem implicações sérias no tipo de análise e nas conclusões que podem ser tiradas. Especificamente, levanta-se a questão do papel da China e das «economias emergentes» como actores no processo de aquisição de terra em África relativamente a outros actores.

O conjunto de questões críticas relacionadas com estas dinâmicas de aquisição de terra em Moçambique não se esgota por aqui. Isto é, além das questões acima mencionadas, uma investigação mais sistemática, rigorosa e de longo prazo pode permitir levantar e responder a outro conjunto de questões relevantes. Algumas destas questões têm sido amplamente discutidas na literatura académica publicada nos últimos quatro a cinco anos, com destaque para *The Journal of Peasant Studies*, *Third World Quarterly* e *Globalization*. Alguma dessa literatura, que não discute necessariamente o caso de Moçambique, já foi referenciada neste artigo e pode ser explorada com mais detalhe. Este é, certamente, um desafio que se propõe a todos os actores envolvidos na investigação sobre a questão da terra em Moçambique e as suas implicações na (re)estruturação das dinâmicas e padrões socioeconómicos existentes e emergentes.

CONCLUSÕES

As dinâmicas actuais de procura e aquisição de grandes extensões de terra para investimento um pouco por todo mundo, em particular nos países subdesenvolvidos, tem sido um assunto de interesse global nos últimos anos. Milhões de hectares são reportados como tendo sido transaccionados desde o início deste século, sobretudo depois da crise mundial de alimentos de 2007-2008. Sendo um país com relativa abundância de terra e alvo de estratégias globais de acumulação capitalista, Moçambique não constitui qualquer excepção. As dinâmicas económicas actuais e dominantes, as grandes concessões agrícolas, minerais e florestais, mostram claramente a ocorrência de processos de aquisição de terra em grande escala para várias fina-

lidades, incluindo para especulação. Este artigo procurou mostrar, olhando criticamente para a informação existente, algumas trajectórias de aquisição de terra para investimento em Moçambique. A descrição e análise das possíveis tendências, escala, factores e actores (com recurso à base de dados do Land Matrix) permitiu identificar alguns padrões mais gerais e levantar questões críticas para análise. Estas questões resultam, em parte, da investigação actual, da análise e do debate em Moçambique, e não só. Os problemas com as bases de dados e informação em geral, a metodologia usada na construção dessas mesmas bases de dados e os diferentes focos e interesses dos vários actores são algumas das questões relevantes que merecem bastante atenção. Estas questões determinam, em grande medida, a forma como o problema é encarado e debatido, assim como a direcção da actual investigação. Além destas questões metodológicas, há uma série de outras que foram levantadas e que só com investigação mais sistemática e rigorosa podem ser esclarecidas, permitindo que novas questões sejam levantadas. Portanto, entender estas mesmas questões constitui um desafio de investigação e pode, certamente, ajudar a construir um melhor quadro de análise para futura investigação. Por exemplo, que tipo de questões relativas às actuais dinâmicas de aquisição de terra são hoje mais relevantes e de que forma estas questões se relacionam com diferentes processos globais e locais de acumulação e de transformação económica? Até que ponto a análise sobre a escala do fenómeno olha para as várias dimensões e questões críticas sobre processos de acumulação, relações de produção e trabalho, bem como para as novas dinâmicas de acumulação que emergem no processo? De que forma a percepção dos diferentes focos de análise pelos vários actores pode ajudar a esclarecer a actual direcção do debate e como pode a nova investigação sobre a variedade de questões aqui levantadas dar novas e mais consolidadas direcções de investigação e do debate em Moçambique? Estes são alguns dos desafios que a nova investigação sobre o actual fenómeno de aquisição de terra para investimento em Moçambique deve ser capaz de encarar. Portanto, apesar de as dinâmicas económicas dominantes e a informação existente serem consistentes sobre a ocorrência de processos de aquisição de terra em grande escala em Moçambique, as questões aqui levantadas sugerem que, para melhor entender as trajectórias destes processos e as suas implicações socioeconómicas, nova investigação (sistemática, rigorosa e de longo prazo) é necessária.

REFERÊNCIAS

- Anseeuw, W., Lay, J., Messerli, P., Giger, M. & Taylor, M. (2013). Creating a public tool to assess and promote transparency in global land deals: the experience of the Land Matrix. *The Journal of Peasant Studies*, Forum on Global Land Grabbing Part 2, 40(3), 521-530.
- Baglioni, E. & Gibbon, P. (2013). Land grabbing, large- and small-scale farming: what can evidence and policy from 20th century Africa contribute to the debate? *Third World Quarterly*, 34(9), 1558-1581.
- Borras, S. M. & Franco, J. C. (2012). Global land grabbing and trajectories of agrarian change: a preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, 12(1), 34-59.
- Borras, S. M. J., Kay, C., Gómez, S. & Wilkinson, J. (2013). Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), 402-416.
- Borras, S. M., Fig, D. & Suárez, S.M. (2011) The politics of agrofuels and mega-land and water deals: insights from the ProCana Case, Mozambique. *Review of African Political Economy*, 38(128), 215-234.
- Brautigam, D. (2012). «The Zambezi Valley: China's first agricultural colony?» Fiction or fact? In *China in Africa. The Real History*. Disponível em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2012/01/zambezi-valley-chinas-first.html>(consultado a 23 de Junho de 2013).
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (eds.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique* (pp.19-109). Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2015). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*.
- Classen, S. F. (2013). *Analysis of the Discourse and Background of the ProSAVANA Programme in Mozambique Focusing on Japan's Role*, Tokyo. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/ProSavana%20Analysis%20based%20on%20Japanese%20source%20%28FUNADA2013%29.pdf> (consultado a 6 Fevereiro de 2014).
- Cotula, L. (2012). the international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 649-680.
- Cotula, L., Vermeulen, S., Leonard, R. & Keeley, J. (2009). *Land Grab or Development Opportunity? Agricultural Investment and International Land Deals in Africa*. Londres e Roma: IIED, FAO e IFAD. Disponível em: http://www.ifad.org/pub/land/land_grab.pdf (consultado a 18 de Dezembro de 2013).

- Deininger, K., Byerlee, D., Lindsay, J., Norton, A., Selod, H. & Stickler, M. (2011). *Rising Global Interest in Farmland: Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits?* Washington DC: The World Bank. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf> (consultado a 31 de Maio de 2014).
- Edelman, M. (2013). Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), 485-501.
- Edelman, M., Oya, C. & Borras, S. M. (2013). Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. *Third World Quarterly*, 34(9), 1517-1531.
- FIAN (2010). *Land Grabbing in Kenia and Mozambique: A report on two research missions – and a human rights analysis of land grabbing*. Disponível em: <http://www.fian.at/assets/StudieLandgrabbinginKeniaMozambiqueFIAN2010.pdf> (consultado a 30 de Janeiro de 2014).
- Friis, C. & Reenberg, A. (2010). *Land Grab in Africa: Emerging Land System Drivers in a Teleconnected World*. GLP Report 1, GLP International Project Office, Copenhagen. Disponível em: http://www.ihdp.unu.edu/docs/Publications/GLP/GLP_report_01.pdf (consultado a 20 de Agosto de 2014).
- GRAIN (2008). *Seized The 2008 Land Grab in Africa for Food and Finacial Security*. GRAIN Briefing, Barcelona: GRAIN. Disponível em: <http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security> (consultado a 30 de Junho de 2014).
- GRAIN (2010). *The New Farm Owners: Corporate Investors Lead the Rush for Control over Overseas Farmland*. Disponível em: <http://www.grain.org/article/categories/219-other-publications?page=4> (consultado a 21 de Julho de 2014).
- GRAIN (2013). Collating and dispersing: GRAIN's strategies and methods. *The Journal of Peasant Studies*, Forum on Global Land Grabbing Part 2, 49(3), 531-536.
- Hanlon, J. (2011a). *Understanding Land Investment Deals in Africa: Mozambique*, Country Report. The Oakland Institute: Oakland, CA. Disponível em: http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf(consultado a 30 de Maio de 2014).
- Hanlon, J. (2011b). *The Mozambique Land Grab Myth*, Mukhorro Seminar, Land Tenure, Grabs, Gender and Law. Disponível em: http://www.mokoro.co.uk/files/13/seminardocs/the_mozambique_land_grab_myth.pdf (consultado a 6 de Julho de 2014).

- Horta, L. (2008). The Zambezi Valley: China's first agricultural colony? In *CSIS Africa Policy Forum*. Disponível em: <http://csis.org/publication/zambezi-valley-chinas-first-agricultural-colony> (consultado a 23 de Junho de 2014).
- Lagerkvist, J. (2013). As China returns: perceptions of land grabbing and spatial power relations in Mozambique. *Journal of Asian and African Studies*, 0(0), 1-16.
- Margulis, M. E., McKeon, N. & Borras, S. M. J. (2013). Land grabbing and global governance: critical perspectives. *Globalizations*, 10(1), 1-23.
- Massarongo, F. & Muianga, C. (2011). Financiamento do estado com recurso à dívida: problemas e desafios. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (eds.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE. pp. 161-184.
- Massingue, N. & Muianga, C. (2013). Tendências e padrões de investimento privado em Moçambique: questões para análise. In L. Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (eds.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE. pp. 125-147.
- Mosca, J. (2014). *ProSAVANA*, Destaque Rural, 5, OMR, Maputo. Disponível em: <http://omrmz.org/images/publicacoes/DR5.pdf> (consultado a 29 de Agosto de 2014).
- Muianga, C. (2014). *Large-Scale Land Acquisitions in Sub-Saharan Africa: Analysing Current and Past Evidence on Trends, Scale, Drivers and Policy Discourses in Mozambique*. Unpublished MSc Dissertation. Londres: School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London.
- O País (2014). Portugal poderá vender 20% do Projecto em Moçambique. *O País*, 27 de Outubro de 2014
- Oya, C. (2013). Methodological reflections on «land grab» databases and the «land grab» literature «rush». *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), 503-520.
- Peters, P. E. (2013). Land appropriation, surplus people and a battle over visions of agrarian futures in Africa. *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), 537-562.
- Woodhouse, P. (2012). New investment, old challenges: land deals and the water constraint in African agriculture. *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 777-794.
- Woodhouse, P., Ganho, A. S. (2011). *Is Water the Hidden Agenda of Agricultural Land Acquisition in Sub-Saharan Africa?* Apresentado na Conferência Internacional sobre a Apropriação de Terras Global. Land Deal Politics Initiative (LDPI): Institute of Development Studies, University of Sussex. Disponível em: http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Conference_papers/LDPI/12_P_Woodhouse_and_A_S_Ganho.pdf (consultado a 20 de Fevereiro de 2014).

